



O DESEJO DE ORDEM E A MORTE: A PRODUÇÃO COTIDIANA DO CONSENTIMENTO GENOCIDA NO RIO DE JANEIRO

Celso de Moraes Vergne¹

Resumo: através de uma escrita poética e olhar etnográfico o texto aborda pelas lentes da clínica em psicanálise a segregação racial e espacial no território do Rio de Janeiro. Apresenta as violências de guerra contra a população negra com o consentimento público da sociedade e ação militar do Estado. O desejo de morte da eliminação dos corpos negros é aberto e não dissimulado. Negro sem lugar de sujeito. Acrítica deste martírio histórico recai no compromisso ético político do psicólogo.

Palavras-chaves: psicanálise; genocídio negro; segregação; território; política de extermínio.

DESIRING OF ORDER AND DEATH: THE DAILY PRODUCTION OF THE GENOCIDAL CONSENT IN RIO DE JANEIRO

Abstract: Through a poetic writing and ethnographic look the text approaches the lens of the clinic in psychoanalysis the racial and spatial segregation in the territory of Rio de Janeiro. It presents the war violence against the black population with the public consent of the society and military action of the State. The death wish of the elimination of black bodies is open and not dissimulated. Black without place of subject. Acritical of this historical martyrdom falls on the political ethical commitment of the psychologist.

Key-words: psychoanalysis; black genocide; segregation; territory; extermination policy.

LE DESIRE DE L'ORDRE ET DE LA MORT: LA PRODUCTION QUOTIDIENNE DU CONSENTEMENT GENOCIDAIRE A RIO DE JANEIRO

Résumé: A travers une écriture poétique et un regard ethnographique, le texte aborde l'objectif de la clinique en psychanalyse: la ségrégation raciale et spatiale sur le territoire de Rio de Janeiro. Il présente la violence de guerre contre la population noire avec le consentement public de la société et l'action militaire de l'État. Le souhait de mort de l'élimination des corps noirs est ouvert et non dissimulé. Noir sans lieu de sujet. Acritical de ce martyre historique tombe sur l'engagement éthique politique du psychologue.

Mots-clés: psychanalyse; génocide noir; ségrégation; territoire; politique d'extermination.

EL DESEO DE ORDEN Y LA MUERTE: LA PRODUCCIÓN COTIDIANA DEL CONSENTIMIENTO GENOCIDA EN RÍO DE JANEIRO

Resumen: a través de una escritura poética y mirada etnográfica el texto aborda por las lentes de la clínica en psicoanálisis la segregación racial y espacial en el territorio de Río de Janeiro. Presenta las violencias de guerra contra la población negra con el consentimiento público de la sociedad y acción militar del Estado. El deseo de muerte de la eliminación de los cuerpos negros es abierto y no disimulado. Negro sin lugar de sujeto. Acrítica de este martirio histórico recae en el compromiso ético político del psicólogo.

¹ Psicólogo, Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Trabalha na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Estado do Rio de Janeiro.

Palabras-claves: psicoanálisis; genocídio negro; segregación; território; política de extermínio.

Tarde chuvosa. Da Baixada Fluminense ao coração da cidade do Rio de Janeiro, longas serpentes de ferro e aço cortam a cidade em direção às margens da cidade, atravessando seus portões. Através destas vias se desloca a maior parte das populações pobres da cidade, conforme a ordenação do uso do espaço geográfico planejado em projetos urbanísticos. A Avenida Brasil e Central do Brasil: Brasil e Brasil.

No centro da cidade a noite começa a cair, e, nos cantos sujos e com pouca luz, começa a chegar a população que dorme nas ruas do coração econômico e comercial da Cidade Maravilhosa. Negros, quase sempre negros, nas ruas carregam em si as marcas de uma história de séculos de escravidão e preconceito. Uma história que ainda não acabou.

Enquanto este artigo é escrito a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, está sob intervenção militar. Apesar dos discursos televisivos na favela permanece a ameaça dos grupos armados, seja da polícia, do tráfico, da milícia ou dos militares. Toda resistência à abordagem pode ser um indicativo de vinculação com o crime. O que se exige é submissão, ao que for. Fotografados, homens negros aguardam amontoados a averiguação se são ou não criminosos. Enquanto na favela não se sabe se filhos, maridos ou mesmo crianças chegarão em casa, o outro lado da cidade respira aliviada, mas inquieta: deseja-se uma ação mais eficaz contra o crime-favela-negra: se deseja morte. E diferentemente de outros momentos históricos, este desejo de morte e eliminação é abertamente falado por muitos através das redes sociais.

Enquanto alguns, em lugares fechados e em ar refrigerado, pedem mais sangue de negros e favelados como resposta ao crime, a grande parcela negra da população segue em cotoveladas para sentar nos apertados assentos dos trens que seguem para a Baixada Fluminense. O amontoado de pessoas disputando lugares nas plataformas aguarda com ansiedade a parada do trem do ramal Japeri. Antes de o trem parar alguns homens já se agarram às portas, na tentativa de estar em uma melhor posição para quando estas se abrirem. Homens, mulheres, senhoras e senhores disputam agressivamente as melhores posições. O sinal do abrir de portas é seguido de um turbilhão de sons que mistura risos, gritos, pisadas, empurrões e corridas para se ocupar os assentos disponíveis. O trem não



sai de imediato e os vagões vão ainda mais cheios. Os atrasos são normais neste ramal que conduz a algumas das regiões mais pobres da Baixada Fluminense. Os vagões sujos, mesmo nos trens mais novos, são uma marca cotidiana desta viagem. O trem dá um solavanco e parte. Dentro do trem quase todos são negros. Homens, quase todos de cabeça raspada ou boné para não mostrar o que chama de “cabelo ruim”. Mulheres, quase todas de cabelos alisados, pelo mesmo motivo. A Baixada segue a normalidade da banalização do crime, sem polícia e sem exército, onde a morte em vida também prossegue.

As tramas que ligam todas estas histórias não começaram hoje. As marcas de um país racialmente delineado, através de um longo processo de exploração do trabalho escravo, até a inclusão como subalterno, suspeito ou criminoso previamente determinado, deixam cicatrizes na noite carioca. A cidade se acostumou a dormir com o som de rajadas de metralhadoras nos bairros pobres, predominantemente composto por negros.

No dia seguinte as imagens de corpos de mortos, pelo tráfico ou pela polícia, nas páginas dos jornais populares fazem parte de algo naturalmente aceito. Seja qual for o motivo, mortes nas favelas e na Baixada Fluminense remetem a ideia de que provavelmente eram bandidos, e, portanto, não há maiores problemas nisso, pois “é através dos corpos e suas características físicas (anatômica) e psíquicas (identitária e política), enquanto cultura material, que a circularidade destes corpos é vigiada e mediada por condições de limites e permissividades (Oliveira, 2015, p. 178) . Hoje, não há mais limite. O desejo é a morte.

A televisão envia para o mundo a imagem da guerra no Rio de Janeiro, porém é uma guerra não explicitada de quem contra quem. Guerra que escolhe como inimigos, pessoas sem rosto, que moram nas favelas. O fuzil da polícia aponta para o morro como o lugar do inimigo. E embora sem rosto, o inimigo tem uma cor.

As favelas do Rio de Janeiro e suas regiões periféricas, em especial as que margeiam a Avenida Brasil e a linhas de trem, foram ao longo do tempo se constituindo como o lugar possível de residência das populações pobres da metrópole. Os negros sempre foram em nosso país o grupo social mais empobrecido das grandes cidades.

Sobre estas regiões pairam o medo de uma cidade cujas elites se viram cercadas de uma pobreza negra

Mas como se deu esta segregação? Por que tudo isso é tão comum? Quais os efeitos da naturalização da morte de alguns?

A morte é sentida de forma diferente nas ruas dos bairros pobres da grande metrópole do Rio de Janeiro. Se nos bairros da Zona Sul da cidade fica a permanente ameaça de assaltos, na outra extremidade, e fora de seus muros, “maus comportamentos” podem ser facilmente punidos com a morte. A facilidade de produção da morte de negros aparece na banalidade das notícias de jornal e dos noticiários locais de televisão. Dez, vinte, trinta mortos, são apenas números nas telas de cristal. Uma única morte na Zona Sul pode levar a meses de noticiários televisivos e inúmeras páginas de jornal.

Entender como este processo se constituiu dos suplícios punitivos do século XVII até a mídia produtora de medo como forma de controle da sociedade, pode nos ajudar a entender e, quem sabe, intervir nesta lógica de funcionamento. A trama, no entanto, é contraditória e ambígua. É mesclada também pelo medo, pela culpa e pelo desejo de eliminação do que é diferente. Porém, os desejos inconfessos, recalcados, têm retornado sob as mais diversas formas de re-atualização no cotidiano. Como efeito final, vivemos em uma das grandes metrópoles onde mais se mata no mundo.

O grande Leviatã que se constitui nesta trama, no entanto tem muito a ver com todos nós. A figura que emerge do mar de nossa sociedade brasileira, infelizmente, assusta. Inevitavelmente fazemos parte da trama da grande besta. Podemos, no entanto, buscar não fazer parte da trama. Porém, ainda assim é preciso enfrentar a sua presença.

Estamos imersos na história e somos nela constituídos, e, no entanto, pouco é pensado sobre como somos afetados e afetamos a toda esta produção de dor. O preconceito contra negros e pobres continua tabu. Apesar das constantes afirmativas em torno de sua negação e invisibilização, isso não impede a sua constatação pelos efeitos sociais evidentes ao nosso redor.



Hoje, na plenitude do século XXI, ainda assiste-se atônito as barbáries da produção da morte, uma *morte-produto*, em alguns países, tão calculável quanto a quantidade de produção de computadores ou de soja. Os campos nazistas passam a ser uma lembrança distante, tida para alguns até como uma falsidade histórica. Qual o motivo? Como há a permanência e recriação constante do desejo de eliminação do outro?

Lacan fez em 1956 uma previsão sombria, na *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*:

A terceira facticidade, real, sumamente real, tão real que o real é mais hipócrita [*béguéule*] ao promovê-la do que a língua, é o que torna dizível o termo campo de concentração, sobre o qual nos parece que nossos pensadores, vagando do humanismo ao terror, não se concentraram o bastante. Abreviemos dizendo que o que vimos emergir deles, para nosso horror, representou a reação de precursores em relação ao que se irá desenvolvendo como consequência do remanejamento dos grupos sociais pela ciência, e, nominalmente, da universalização que ela ali introduz. Nosso futuro de mercados comuns encontrará seu equilíbrio numa ampliação cada vez mais dura dos processos de segregação. (Lacan, 1998 p.263).

A morte produzida contra um *outro* tido como inimigo é constituinte de nossa sociedade atual, mas tem suas raízes no pensamento greco-romano. O dito mundo judaico-cristão existe através das lentes romanas, onde o conflito se estabelece entre o desejo de poder (do domínio sobre outros povos) e o medo de matar (motivado pela culpa da desobediência da lei). Mas de algum modo a morte se tornou, nesta dinâmica, algo negado um lado, mas também apenas uma peça da engrenagem da máquina social.

Esta mudança de enfoque do indivíduo para a massa tem se revelado mais dramática em outros setores da interação humana. Se se quiser constatar, será suficiente observar as transformações que ocorreram nas últimas décadas. Antigamente, o homem era capaz de enfrentar o inimigo cara a cara. Era-lhe propiciado um encontro pessoal com um inimigo visível. Agora, soldados e cidadãos se previnem com armas de destruição em massa que não oferecem a ninguém a possibilidade, sequer a consciência, de uma aproximação. A destruição tanto pode cair do azul do céu e arrasar multidões, haja vista a bomba de Hiroxima, como pode surgir invisível sob forma de gases ou outros meios de guerra química, ceifando e matando. Não mais é o homem em luta por seus direitos e convicções ou em luta pela salvaguarda e honra de sua família, é o país inteiro que está em guerra, inclusive mulheres e crianças, afetadas direta ou



indiretamente, sem meios de sobreviver. Eis o contributo da ciência e da tecnologia para um medo sempre crescente de destruição e, por conseguinte, medo da morte. (Kübler-ross, 1996, p.24).

Talvez a morte seja o mais antigos dos tabus das sociedades humanas.

Comumente associada à dor, à perda, e algumas vezes ao medo, a morte assusta e é temida, pois aponta o limite do desejo da onipotência humana, mesmo para os grupos humanos que se pretendem mais racionais, supostamente mais intelectualizados. Este limite humano ao longo do tempo ganhou o lugar do privado, do espaço médico, e mesmo no espaço médico nunca antes esteve mais purificado das marcas da morte, de seu cheiro, de suas cores.

Se nas culturas tradicionais a morte aparece como o limite humano frente à transcendência, esta ainda hoje permanece como fonte de medos e expectativas. O ser humano entende e sua finitude, mas constrói os mais diversos percursos existências para evitá-la. Talvez hoje em dia com uma maior elaboração, uma maior racionalização, mas algo que ainda não dá conta da angústia do enfrentamento do limite da vida.

Os ritos de proteção para a finitude humana tem percorrido o lugar do religioso, toca a ideia de um sagrado que dê conta da morte. Hoje, porém, passa também pela virtualização da morte. Nesta virtualização, no mundo do imaginário/real dos videogames a morte é algo restaurável, algo superável por um botão do teclado. O controle da morte também se torna o controle da vida, em sua totalidade na superação do medo pelo incessante consumo. (Severiano; Rego; Montefusco, 2010, p. 137 – 165).

A sedutora sensação de onipotência produzida pela proliferação do capital incluiu a sensação de controle e superação da morte.

No bombardeio sensorial dos filmes hollywoodianos a morte é superada tanto pela vitória do herói, quanto pela incorporação. A figura do *zumbi*, do morto que anda, se tornou lugar comum em jogos e filmes. Em um *smartphone* qualquer pessoa pode baixar jogos gratuitos e matar zumbis no caminho do trabalho, com direito a cenas de aproximação e câmera lenta para as balas que atravessam o seu crânio. Em vídeos na internet a pré-adolescente pode aprender a se maquiar como cadáver. A maquiagem de



mortos cria também uma estetização possível do morto, a morte é vivida e ao mesmo tempo virtualizada através de atuações. Este mesmo tempo convive com a simulação da eternidade através de tecnologias cosméticas a fixação do tempo, no enfrentamento de um envelhecimento inevitável.

Freud, já flava desta tendência humana para a negação da morte. Em 1915, no auge daquela que foi chamada a Grande Guerra, a I Guerra Mundial, Freud destacava que a morte foi provavelmente o primeiro dos tabus, algo que resgata de Totem e Tabu.

Manifestávamos a inconfundível tendência de pôr a morte de lado, de eliminá-la da vida. Procurávamos reduzi-la ao silêncio; temos um provérbio que diz: “Pensar em algo como na morte”. * Como na sua própria, naturalmente. Pois a própria morte é também inconcebível, e, por mais que tentemos imaginá-la, notaremos que continuamos a existir como observadores. De modo que na escola psicanalítica pudemos arriscar a afirmação de que no fundo ninguém acredita na própria morte; ou, o que vem a significar o mesmo, que no inconsciente cada um de nós está convencido de sua imortalidade.

Junto ao corpo da pessoa amada surgiram não só a doutrina da alma, a crença na imortalidade e uma poderosa fonte da consciência de culpa humana, mas também os primeiros mandamentos éticos. A primeira e mais significativa proibição feita pela consciência que despertava foi: “Não matarás”. Foi adquirida ante o morto amado, como reação frente à satisfação do ódio que se escondia por trás do luto, e gradualmente estendeu-se ao estranho não amado e por fim também ao inimigo. Neste último caso não é mais sentida pelo homem civilizado. Quando a selvagem luta dessa guerra estiver decidida, cada um dos combatentes vitoriosos retornará feliz para o lar, para sua mulher e seus filhos, desimpedido e sem perturbar-se com a lembrança dos inimigos que matou em corpo a corpo ou por armas de longo alcance. É digno de nota que os povos primitivos que ainda se acham na terra, e que certamente estão mais próximos do homem primevo do que nós, conduzem-se de maneira diferente nesse ponto – ou conduziam-se, na medida em que não tenham ainda experimentado a influência de nossa cultura. O selvagem - australiano, bosquímano, fueguino – não é absolutamente um matador sem remorso; ao retornar vitorioso de uma expedição guerreira, ele não pode pisar o chão de sua aldeia nem tocar em sua mulher sem antes expiar, por meio de penitências às vezes prolongadas e trabalhosas, os atos assassinos que cometeu na guerra. É fácil, naturalmente, atribuir isso à superstição: o selvagem ainda teme a vingança dos espíritos dos que abateu. Mas os espíritos dos inimigos abatidos não são outra coisa que a expressão de sua má consciência devido à “dívida de sangue”; **por trás dessa superstição está um quê de sensibilidade ética que nós, homens civilizados, já perdemos.** (Freud, 2010 p. 159, 178)



O espanto de Freud quanto às cenas promovidas pela violência da guerra fica evidente. Já na época Freud entendia que havia um afastamento de uma possível “sensibilidade ética” no homicídio. No entanto escrevera esta reflexão apenas no início do século XX que nos reservaria cenas da “banalidade do mal” de uma forma ainda mais crua.

Bauman em *Modernidade e Ambivalência* aponta a característica da Modernidade da tentativa constante de ordenação e controle. Com base no pensamento kantiano, o estado moderno, buscando estabelecer pontes entre a filosofia e à condição panificadora do estado aponto para as tarefas de integridade do reino e constituição de fronteiras onde necessariamente não há lugar pra todos:

Assim a tarefa de duas pontas funde-se em uma: a de tornar clara e nítida a fronteira da "estrutura orgânica", quer dizer, "excluir o meio", suprimir ou exterminar tudo que seja ambíguo, tudo que fique em cima do muro e, portanto, comprometa a distinção vital entre dentro e fora. Instaurar e manter a ordem significa fazer amigos e lutar contra os inimigos. Primeiro e antes de mais nada, porém, significa expurgar a ambivalência. No reino político, expurgar a ambivalência significa segregar ou deportar os estranhos, sancionar alguns poderes locais e colocar fora da lei aqueles não sancionados, preenchendo assim as "brechas da lei" (Bauman, 1999 p. 33).

A partir desta noção de Estado, a ordem é necessária, e para isso utiliza-se constantemente da coerção, ao contrário de sociedades tradicionais. Esta coerção é o papel da modernidade (Clastres, 1979) através da imposição de uma norma, de uma lei, de um modelo de estado e de sujeito, o qual nos inclui.

O Estado, diz-se, é o instrumento que permite à classe dominante exercer o seu domínio violento sobre as “classes dominadas”. Seja. Para que haja aparecimento do Estado é necessário, portanto que, antes dele, haja divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, ligadas entre si por relações de exploração. Portanto a estrutura da sociedade - a divisão em classes - deveria preceder o aparecimento da máquina estatal. Observemos de passagem a fragilidade dessa concepção puramente instrumental do Estado. Se a sociedade é organizada por opressores capazes de explorar os oprimidos é porque essa capacidade de impor a alienação repousa sobre o uso de uma força, isto é, sobre a própria essência do Estado, “monopólio da violência física legítima”. A que necessidade responderia então a existência de um Estado, dado que a sua essência - violência - é imanente à divisão da sociedade, dado que ele está



antecipadamente presente na opressão que um grupo social exerce sobre os outros? Ele não seria mais do que o inútil órgão de uma função preenchida antes e noutra lugar. (Clastres, 1979. P.197)

Esta fissura, ou corte, no funcionamento tradicional das sociedades humanas tem um preço. Uma determinada ordem é buscada para constituição do poder do estado, esta ordem, porém não considera o sujeito desejante. Ele é um componente do estado, e caso não aceite esta condição deverá ser submetido às racionalizações que produzirão a sua incorporação. Feita a todo preço. Nas sociedades ultramodernas do nosso tempo, onde os estado gradativamente se esfacelam na mão de grandes corporações, ainda assim o sujeito desejante deve ser desejante para o consumo, uma engrenagem na mão de um sistema produtivo.

Os males humanos são quase sempre sustentados por algum tipo de fantasia, alguma forma de crença ou fé. Esta fé pode ser devido a uma crença estritamente religiosa, mas também os modelos filosóficos, a ciência, os preconceitos, preferências políticas também não deixam de serem crenças humanas. Bruno Latour, em *Jamais fomos Modernos* destaca o caráter híbrido da modernidade, na medida em que desde sempre a constituição moderna teve de romper com sua própria proposição, de ser neutra, verdadeira e inquestionável. Situando o surgimento do que hoje chamamos modernidade, através do embate da validade testemunho para determinação da “verdade” realizado por Robert Boyle (como cientista) e Thomas Hobbes (no campo da política), contemporâneos, no século XVII.

A Constituição moderna inteira já dizia que não há medida comum entre o mundo dos sujeitos e o dos objetos, mas ela anulava imediatamente esta distância ao praticar o contrário, ao medir humanos e coisas em conjunto com as mesmas medidas, ao multiplicar, sob o nome de intermediários, os mediadores. Os pré-pós-modernos, por sua vez, acreditam realmente que o sujeito falante é incomensurável ao objeto natural e à eficácia técnica, ou que deverá sê-lo caso ainda não o seja o bastante. Eles anulam, então, o projeto moderno, ao mesmo tempo em que pensam salvá-lo, pois seguem a metade da Constituição que fala de pureza enquanto ignoram a outra metade que apenas pratica a hibridação (Latour, 1994. p 59).

A sistematização metodológica não permite uma relação de plena racionalidade. A “modernidade” nasce através desta formação híbrida de fé e razão, talvez inevitável em



algum grau em qualquer ação humana, contrariamente a seu propósito inicial de livrar o homem das leis da ciência.

ignorância Por que a Constituição moderna nos obriga a sentir o tempo como uma revolução que deve sempre ser recomeçada? Porque ela suprime as origens e os destinos dos objetos da Natureza e porque faz de sua súbita emergência um milagre. O tempo moderno é uma sucessão de aparições inexplicáveis, elas mesmas devidas à distinção entre a história das ciências ou das técnicas e a história pura e simples (LatourR, 1994. p. 69).

Apesar dos sonhos de onipotência da modernidade ela está inserida na história, nos afetos e na vida. Não há pureza, não há conhecimento pleno.

A mescla de crenças, credices e ciências, híbridas em sua constituição, faz parte do cotidiano do homem comum, mas também dos bancos acadêmicos. A proliferação de híbridos de nosso tempo é o sustentáculo dos fundamentalismos da ciência e da religiosidade, ambas, por exemplo, profundamente marcadas pelo mercado, pelo acesso a recursos financeiros.

A hibridação, dentre outras ambiguidades, é uma criação sistemática da modernidade, onde se insere a demarcação de hierarquias humanas baseadas na cor da pele sob um arcabouço de ciência.

Assim também se insere a negação brasileira da sua prática raciológica. A mescla de fatores socioeconômicos com crença religiosa e científica constroem um racismo sem verbalização fácil, pois as palavras escorregam seu sentido para escapar da indignidade de sua prática. Esta construção é profundamente ambígua. Mas através deste deslize de sentido a mudança de poder fica imensamente dificultada, pois evita a identificação de algo a que enfrentar. Seu relativismo e ambiguidade garantem o lugar privilegiado do silêncio e da dúvida de negros quanto a dor sofrida em seu corpo.

Santner no livro o Caso Schreber: aponta como a crise implantada pelos ideais da modernidade e sua ambiguidade, que traduz como *crise de investidura*, podem estar mesclados nas imagens vividas nos delírios de Schreber. O controle e a ordem da modernidade são também geradoras de inaptações inevitáveis ao desejo da ordem. Os lugares definidos ao longo das tradições humanas passam por um momento de transformação, mas também de resistência de estabilidade mesmo que através do



delírio. O desejo da ordem passa a buscar a ordenação do desejo, pressupõe inadequações e geração de tensões. O desejo de eliminação da morte produz a morte. A paranoia de Schreber o colocava em condições de destruir o mundo, o ápice da modernidade é alcançar a possibilidade disto. Segundo o autor, com base na análise de Elias Canetti em *Massa e Poder* (1960), o paranóico e o ditador sofrem de uma “doença do poder, que implica uma vontade patológica de sobrevivência exclusiva e uma disposição ou mesmo um impulso concomitantes de sacrificar o resto do mundo em nome dessa sobrevivência” (Santner, 1997, p. 8), citando Canetti:

Não nos fica a impressão de que essas desgraças se abatam sobre a humanidade contra a vontade de Schreber. Ao contrário, ele parece sentir uma certa satisfação no fato de a perseguição a que esteve sujeito (...) ter consequências tão aterradoras. A humanidade inteira sofre e é exterminada porque Schreber pensa haver alguém que está contra ele. (...) Schreber fica como o único sobrevivente porque isso é o que ele mesmo quer. Ele quer ser o único homem vivo que resta, postado num imenso campo de cadáveres, e quer que esse campo de cadáveres contenha todos os homens, menos ele. Não é apenas paranoico que ele se revela nisso. **Ser o último homem a permanecer vivo é o anseio mais profundo de todos os que buscam o poder. (...) Quando se sente ameaçado, seu desejo apaixonado de ver todos mortos diante dele mal pode ser controlado por sua razão** (Canetti, *apud*, Santner, 1997, p. 08).

A ordem divina, de não matarás, ecoa nos tribunais da justiça dos homens, se tornando autônoma em seu sentido direto: não matar é a ordem da vida humana. No entanto a morte insiste, e é uma inevitabilidade humana, existimos no tempo e no tempo apenas no tempo temos a possibilidade de existir. No entanto gradativamente ela está sendo continuamente banida como tema dos diálogos de nosso tempo, pois sendo parte integrante e negada da condição moderna, ela precisa ser invisibilizada. Pois do contrário nos mostrará em espelho que os discursos de ordem e pacificação, não podem dialogar com as práticas de violência e eliminação disseminadas em todas as áreas da vida moderna. Pois na rede de relações de poder hoje instituídas, a luta é para quem será o detentor do controle da aplicação da morte sobre o outro.

Philippe Ariès, em *História da morte no Ocidente*, nos conta desta vivência na relação com a morte nas sociedades ocidentais:

Uma característica significativa das sociedades mais industrializadas é que nelas a morte tomou o lugar da sexualidade como interdito maior. É um fenômeno



novo e recentemente descoberto. Até o começo do século XX, a função atribuída à morte e a atitude diante da morte, eram praticamente as mesmas em toda a extensão da civilização ocidental. Esta unidade foi rompida após a Primeira Guerra Mundial. As atitudes tradicionais foram abandonadas pelos Estados Unidos e pelo noroeste da Europa industrial, sendo substituídas por um novo modelo do qual a morte foi como que expulsa (Ariès, 2003, p.294).

Esta interdição foi e é acompanhada de fenômenos de escape para dar conta do interdito. O mundo do pós-guerra, entre a guerra fria e a expansão no ocidente do *american way of life* foi na direção de um aprofundamento da negação da morte. Mas com a vitória das tecnologias sobre a morte como mal, com a atenuação da dor da morte, embora não tendo a vitória plena, o mal se desloca para fora, onde a moral e a política ainda não fora disciplinada e controlada.

Before people thought of abolishing physical illness, they ceased to tolerate its sight, sounds, and smells. Medicine reduced pain; it even succeeded in eliminating it altogether. The goal glimpsed in the eighteenth century had almost been reached. Evil was no longer part of human nature, as the religions, especially Christianity, believed. It still existed, of course, but outside of man, in certain marginal spaces that morality and politics had not yet colonised, in certain deviant behaviors such as war, crime, and nonconformity, which had not yet been corrected but which would one day be eliminated by society just as illness and pain had been eliminated by medicine (Ariès, 2008 p.722).

Da “vitória”, ou, ao menos a impressão de vitória sobre a morte, chegamos à ampliação do controle sobre a morte pelos sistemas humanos, políticos e de governos. Os fascismos foram responsáveis por isso nos campos de concentração, campos de concentração nazistas ou econômicos (mais recentes). Se em outros tempos a política foi determinante nas segregações hoje as economias que muitas vezes controlam o poder governamental, passam a ser determinantes da segregação, que nunca porém se dá de forma “dura”, em outras palavras nunca é apenas econômica ou política.

Na década de 50, em especial na Europa e Estados Unidos, se festejava o fim da opressão nazista, com o pensamento. “Isto foi superado sejamos felizes”. No Rio de Janeiro a poesia tomava as praias da zona sul, enquanto se buscava o fim das favelas através de remoções e incêndios, pouco depois nascia a bossa nova. Anos mais tarde Vinicius de Moraes, falando sobre a Bossa Nova, falou desta como o samba (que acontecia nos morros), porém sem sua tristeza e melancolia. Um clima de felicidade e

superação da dor se sustentava na acusação do outro pelo mal. No julgamento de Nuremberg, o levantamento das atrocidades nazistas e comunistas fazia parte do imaginário do medo, da produção de morte. No entanto a acusação não impedia a construção de instrumentos de tortura e morte como ferramenta de combate ao inimigo.

Também foi a época de surgimento dos grupos de extermínio no Rio de Janeiro, então ainda Capital Brasileira, onde grupos como a *Scuderie Le Coq* e os *Cavalos Corredores*, ficaram conhecidos como Esquadrões da Morte. Tais grupos não atuavam de forma “oculta” ou “subterrânea”. Ao contrário foram quase sempre públicas suas ações com sustentação de autoridades públicas ou administrativas. Como ainda hoje:

(Em 1958) a Associação Comercial do Rio de Janeiro tinha outras razões de queixa. Os assaltos a lojas se sucediam e alguma coisa precisava ser feita. Seus diretores se dirigiram então ao chefe de polícia, general Amauri Krueel. A cidade, como diziam os jornais, estava "infestada de facínoras". Krueel respondeu à interpelação dos comerciantes com a garantia de que adotaria medidas drásticas. Se fosse preciso, prometeu, autorizaria "o extermínio puro e simples dos malfeitores". Só assim bandidos como Coisa Ruim, Buba, Praga de Mãe, Paraibinha e Buck Jones deixariam de aterrorizar a população. Dois deles, Mineirinho e Cara de Cavalo, iriam ficar como símbolos da criminalidade dos anos dourados. A morte espetacular deles, em operações de guerra executadas pela polícia, envolvendo milhares de homens armados, inaugurou os tempos modernos.

A primeira providência do general Krueel foi ordenar ao responsável pelo Serviço de Vigilância, delegado Cecil Borer, que criasse imediatamente uma organização de combate aos marginais, o Serviço de Diligências Especiais (SDE), com carta branca para aplicar as tais "medidas drásticas".

Como o chefe de polícia do Distrito Federal tinha na época o poder de um quase ministro da Justiça, nomeado diretamente pelo presidente da República, a ordem do general Krueel equivalia a instituir na prática a pena de morte, concedendo a seus subordinados o livre arbítrio de aplicá-la (Ventura, 1994, p 34-35)

No período pré-ditadura militar, o Rio de Janeiro, já estado da Guanabara, e mais Distrito federal, assistia cenas chocantes através das páginas do combativo Jornal Última Hora. Corpos de mendigos foram mortos e jogados no Rio da Guarda, como etapa preparatória para a visita da Rainha Elizabeth II ao Rio de Janeiro, na limpeza urbana foram apontados policias e pessoas ligadas ao governador Carlos Lacerda, embora este tenha negado seu envolvimento.



Os anos 60 radicalizaram o choque entre os movimentos de busca da felicidade de forma real, social, inserida no mundo dos homens, mas sendo direito de todos. Porém este movimento radicalizou também os instrumentos de repressão e controle. A solução possível passou pela construção de um intimismo como estratégia da busca da liberdade e da felicidade. A psicologia cresce como profissão para dar conta deste intimismo em especial no Brasil, quando grande parte das instituições de ensino foi criada, durante nossos anos de chumbo.

Na música gradativamente as canções de protesto e transformação de estruturas sociais foram silenciados, mas não apenas isto. Gradativamente foi sendo incentivada a existência de músicas que falavam de um “eu” sofrido, apaixonado, sonhador singular, único, incomunicável, e ainda assim supremo. No Brasil as canções de Roberto Carlos falavam dos sedutores detalhes dos encontros amorosos, os botões da blusa, amantes, braços, bocas que murmuram,... Na maior parte dos países do mundo, se entoavam as canções do *Bee Gees*, que sobre a profundidade do amor, contra um mundo que lutava contra a onipotência do valor do sentimento individual. As causas coletivas gradativamente mudaram de tom, apenas do protesto de alguns. O cantor Taiguara falou da angústia deste tempo de transição: “eu desisto, não existe esta manhã que eu perseguia um lugar que me de trégua ou que sorria de uma gente que não viva só pra si”.

A Psicanálise e os movimentos de autoconhecimento ganhavam grandes espaços nos consultórios e comunidades alternativas. E durante o período militar, o sentimento de eu gradativamente tomou o lugar da política de grupos humanos.

Nestes tempos era comum falar dos comunistas como o lugar da destruição da ordem social, que beirava a perversão. Comunistas eram acusados de costurar gatos vivos nas barrigas de mulheres, por exemplo. Embora tais histórias beirassem o mais puro delírio não impediam de serem criadas e acreditadas. Os comunistas eram também inimigos de deus, o símbolo do anticristo.

O mal era abertamente associado aos soviéticos. No Livro o Exorcista, que serviu de inspiração ao filme de estrondoso sucesso na década de 70 e ícone dos chamados filmes de terror até hoje. Na epígrafe do livro faz uma associação direta entre



acontecimentos bárbaros ocorridos na União Soviética creditando-os a ação de demônios.

...Não há outra explicação para algumas das coisas que os comunistas fizeram. Como o padre com oito pregos cravados no crânio... E aqueles sete garotinhos e seu professor. Estavam rezando o Pai Nosso quando os soldados vieram em cima deles. Um deles sacou a baioneta e cortou a língua do professor. Outro pegou uns palitos e enfiou nos ouvidos dos sete garotinhos. Como tratar casos assim? Dr. Tom Dooley (Epígrafe do livro O Exorcista de William Peter Blatty [1971])

Nas favelas e subúrbios cariocas o estado de exceção prosseguia. A nova mídia dos jornais populares que emergem no cenário pós-ditadura militar aproveitavam para radicalizar. A música *funk* por falar foi proibida como se fosse inerente ao ritmo musical que dominara os morros e periferias cariocas nas décadas de 80 e 90. O predomínio do tráfico de drogas como mediador social nas favelas, o abandono do estado como mediador e o estímulo o confronto como forma de gestão do domínio territorial do tráfico de drogas acabou por fomentar o surgimento de um subgrupo do ritmo funk intitulado “proibidão”. Nestas músicas sem gravadoras formais, dado que havia uma proibição dos bailes *funk* já antes do surgimento do proibidão, letras cantadas falavam da guerra silenciosa dos morros, e ganhava ouvintes ligados ou não á facções criminosas, pois viam nestas letras representadas cenas silenciadas da vida na cidade.

O primeiro “proibidão” chegou ao conhecimento do grande público e às páginas dos jornais da cidade em 1999 com o “Rap do Comando Vermelho”. Ele chocou a sociedade com o conteúdo extremamente violento de sua letra, ao descrever a punição de um X9, um delator. A música usa como base melódica *Carro Velho* de Nina e Ivete Sangalo, seguindo a tendência do funk de se apropriar de referências musicais de outros universos para a constituição de suas músicas (Ferreira; Aragão; Arruda, 2010, p. 38 – 52).

O funk citado possui o seguinte refrão: “*Cheiro de pneu queimado/ carburador furado/ e o X-9 foi torrado/ quero contenção do lado/ tem tira no miolo/ e o meu fuzil está destravado*”. Apesar do chocante das letras havia certa facilidade de compra de CDs piratas com os “proibidões” do Comando Vermelho, A.D.A. (simbolizado pelo personagem CHUCK, do filme Brinquedo Assassino) e Terceiro. Em São Gonçalo, por exemplo, eram vendidos “democraticamente” os CDs das diversas facções em frente à Delegacia de Alcântara.

Pouco antes, com o processo de redemocratização brasileira, aconteceu também a virada neoliberal que nos impôs novas formas de consumo e de organização social. Se fazia necessário midiaticamente a escolha de um novo inimigo da ordem, e as favelas se tornaram novamente o alvo preferencial.

Temos com isso o surgimento de um novo inimigo social. Não mais o revolucionário, ou o comunista, ou o devorador de criancinhas, como se dizia nos tempos de União Soviética.

No processo de redemocratização, o fim do muro de Berlim e o fim da guerra fria o Brasil estava mais próximo do mundo através dos satélites da Rede Globo, na construção de um novo Brasil. Neste novo Brasil um novo inimigo havia sido escolhido, em especial a partir da vitória de Leonel Brizola.

Brizola defendia o direito dos pobres e negros à propriedade, à posse da Terra. Colocava negros (Abdias Nascimento, Caó e Agnaldo Timóteo) como candidatos e Índios como no caso do cacique Juruna. Não bastasse o seu passado vinculado a João Goulart, e mesmo a Fidel Castro, Brizola falou de “direitos aos pobres e negros”. Sua gestão passou a ironicamente ser chamada de *socialismo moreno*. O direito à privacidade das casas de favelados gerou a questão que acabou sendo a maior crítica contra seu governo: a suposta proteção a marginais.

No entanto ainda vivíamos em um tempo onde nas favelas cariocas predominava o jogo do bicho, e apenas recentemente havia acontecido a entrada da cocaína como elemento do tráfico de drogas.

Nos anos 80 ainda emergia em especial na Baixada Fluminense aumentava o espaço ocupado pelas igrejas neopentecostais. Em especial chamou atenção da mídia o fenômeno a Igreja Universal. Ficou como marco desta primeira fase neopentecostal, a publicação do livro “*Orixás, Caboclos e Guias*”, de autoria de Edir Macedo. Na década seguinte o livro foi proibido pelo ataque frontal às religiões de matriz africanas.

A proliferação de literaturas de autoajuda, e de novas vertentes de espiritualidade, apesar da diminuição de fiéis das religiões tradicionais, aponta para novas estratégias de lidar com a angústia da morte.



Em um mundo com ampla exposição à publicidade e consumo, de digitalização da vida humana, a ausência da morte cumpre também um importante papel de sedução pela eternidade. Uma eternidade construída a partir do consumo de objetos de prazer, e da produção de pequenos mundos de felicidade. Á semelhança da irônica obra de Voltaire, *Cândido*, com a opção de felicidade após mil desventuras, cada vez mais, resume-se em *cuidar do próprio jardim*, mesmo que meu jardim se resuma ao meu *smartphone*.

Por outro lado a espetacularização através das novas mídias, que inclui a internet e os jogos eletrônicos, se torna um novo produto. Esta acabou por transformar a dificuldade de abertura para se falar discursivamente da morte em facilidade para que ela seja tocada performaticamente, mantendo da sua incomunicabilidade.

Hoje em dia qualquer adolescente pode já ter *matado* virtualmente centenas ou mesmo milhares de oponentes em jogos eletrônicos, em apenas uma tarde frente ao computador. Títulos como *Call of Duty*, *Grand Theft Auto*, *Assassins Creed* ou *Resident Evil*, levam o jogador a experiências detalhadas de mortes e emboscadas, utilizando armamentos privativos de forças militares, dentro de tramas onde você é conduzido a lutar contra um inimigo cruel, cuja única solução é você atingi-lo antes que sua morte aconteça. Os traços fisionômicos desenham o inimigo, seja pela identificação como estrangeiro (do ponto de vista do mercado norte-americano, principal mercado consumidor, com 39 % do mercado mundial de *games*), ou o monstro, de nariz adunco ou largo, ou de queixo avantajado e lábios grossos ou de queixo caricaturalmente longo e lábios finos. A caracterização do inimigo, ou do mal busca hegemonicamente a semelhança das características apresentadas com negros ou judeus, os personagens são mostrados como pouco humanos ou não humanos. Um *outro* desumanizado que não é semelhante a mim, branco caucasiano ou ariano, por isso é matável.

O modelo do inimigo, porém ainda remete a formas tradicionais de identificação do mal no outro que me é estranho. O outro que me é estranho carrega consigo a projeção de medos, de fantasmas de nosso eu e de nossa tradição cultural. A imagem do judeu, do negro, do monstro, do animal, todas são imagens que ferem um “ideal” rotineiramente apontado como referência de “bem”. E no caso de nossa cultura: tudo que fere a imagem ideal divina, branca, de linhas ideais, de acordo com modelos gregos.



Nossa tradição greco-romana desenhou esteticamente o bem a imagem e semelhança dos povos gregos. Modelo estético resgatado no período do Renascimento, a imagem e semelhança dos povos europeus. Algo que se comunica com facilidade com modelos representativos do divino que seriam utilizados nas estratégias de dominação de povos africanos e ameríndios. A própria morte física, motivada por doenças e por velhice, representa a quebra do espelho de ideais de beleza. A morte coloca o outro que me é semelhante no lugar do outro que me é estranho, pois me modifica e ou deforma. A doença e a morte modificam o corpo, colocando-o no estranho lugar de um outro, que assusta e apavora. Não por acaso grande parte das chamadas “histórias de terror” aparecem no momento de produção de uma literatura do século XIX, através de autores como E.T.A Hoffman, Mary Shelley ou Edgard Alan Poe.

A literatura acaba tornando-se uma fonte rica de compreensão daquilo que não pode aparecer de forma clara no discurso da ciência e da lei. As fantasias que falam do medo, desejo e ambiguidades, acabam se manifestando de modo mais intenso no texto literário. A reação ao estranho, o fascínio, o medo a até a passagem do ódio irracional ao ato de eliminação aqui podem ter seu efeito catártico, que, porém, não da conta dos deslocamentos do desejo.

A imagem de mede dos nativos na ameaça à civilização aparece de forma intensa no livro *Um Coração nas Trevas* de Joseph Conrad, que ainda hoje é lembrando como um marco do encontro do europeu “dito civilizado” com o mundo “primitivo”. O primitivo, porém é uma possibilidade nossa e talvez aí seja necessário ainda mais ser domado.

Submissão e obediência a ordem, ressurgem como lemas das instâncias estatais neste momento histórico. Assim acontece com a história da escravidão negra e indígena durante o processo de colonização das Américas e África, ainda aplaudida por alguns que a consideram uma etapa condenável, mas *necessária para civilização destes povos*. Alguns pensadores no Brasil e no exterior parecem querer fazer ressurgir o projeto colonial, e neste resgate da velha ordem direitos não devem ser para todos.

Até hoje pouco ainda se conta de um assunto que permanece como um incômodo silenciado o extermínio de mais de 70 milhões de indígenas das Américas durante o



processo de colonização espanhola e portuguesa², levando à morte 90% de sua população. Bem com permanece um intenso silêncio sobre os números que levam de 15 a 18 milhões de negros trazidos como escravos para as Américas³. Cerca de 40% deste número foi trazido a terras brasileiras, embora muitos não tenham sobrevivido aos maus tratos do transporte em condições absurdamente adoecedoras. Pois negros escravizados eram conduzidos por meses, amontoados como carga, acorrentada, sem serem libertos sequer para defecarem e urinarem. Independentemente deste número exato, que talvez impossível de ser contabilizado nos esquecimentos da história, este número nos transformou hoje na segunda maior nação negra de todo planeta, atrás apenas do Senegal.

Apesar disto a presença negra é pouco discutida com profundidade no campo da subjetividade em nosso país. O que não impede de haver inúmeras crenças hegemônicas reproduzidas irreflexivamente em relação ao negro nas práticas cotidianas, muitas delas com suporte supostamente racional e lógico referindo-se ao lugar da subjetividade do negro, quase sempre no lugar da falta.

A constante da promessa de eternidade e poder ofertadas pelo capitalismo avançado de nossos dias nos levam aos limites do sonho. Oferecem-nos a possibilidade de viagens espaciais ou ainda a técnicas de rejuvenescimento para uma extensão da vida como nunca antes foi possível. A possibilidade de aquisição infinita de bens, inimaginável em outros tempos, atrelada a uma avanço tecnológico que já materializou diversos sonhos desejados pela humanidade há séculos, torna este cenário ainda mais sedutor.

Mas para isso acontecer, pessoas comuns se veem interligadas às grandes esferas de produção, estratégia oferecida para a conquista destes sonhos. Hoje os impasses se dão menos no campo do embate político do que no campo do consumo. O grande território de batalha das grandes corporações, em substituição ao controle de poder dos

² Comunicação realizada por Rosa Amelia PLUMELLE-URIBE, Forum de Dialogue Berlin, em 15 junho 2006. Organisé par las ection européenne de La Fondation Afric Avenir. Disponível em http://www.africavenir.org/uploads/media/Plumelle_Barbaria_Colonial_Port.pdf

³ **Luttes contrel'esclavage**. Publicação da UNESCO feita em 2004, Ano Internacional de Comemoração da Luta contra a escravidão e sua Abolição.



estados, está em um campo singular, personalizado, na intimidade de um *eu* padronizado por instâncias de controle.

Este indivíduo, encapsulado, individualizado, constituído no direito e dever de um “eu” que deve ser sua redenção e prisão, precisa ser produzido e ser continuamente validado pelas esferas de controle. Esta reflexão em torno da produção de sujeitos é aprofundada por Félix Guattari. Segundo este autor, o sujeito em nossa sociedade capitalística é um produto necessário para que o conjunto da máquina produtiva prossiga. É preciso fabricar pessoas com se fabrica leite ou sapatos. É necessário intervir até mesmo no inconsciente, modelando formas de perceber e sentir o mundo e a vida.

Mas a promessa do sonho acaba tendo de enfrentar os impasses da modernidade. De um lado temos a promessa da materialização de qualquer sonho em realidade, de outro temos a evidência de que esta promessa não é acessível a todos. Ainda assim é solicitado que eu esteja disposto a dar tudo de mim, na busca de recursos que me permitam a compra deste sonho.

A sedução a busca de satisfação narcísica que se impõe ao indivíduo fruto do capitalismo, tem produzido uma série de processos cáusticos de perversão. O outro é cada vez mais um ser inatingível, e nós somos cada vez menos afetáveis. A banalização do mal de que nos fala Hanna Arendt, para descrever o estado de coisas durante o regime nazista na Alemanha, hoje se mostra algo pueril.

O *mal* tende a se mostrar de forma cada vez mais intensa, não como algo que não deva ser percebido. O que chamaríamos de “mal” cada vez mais tem se mostrado como uma necessidade lógica, neutra, inevitável. A racionalidade do capital moderno tende a apagar traços de vínculos calorosos entre pessoas. O consumo tende a ser cada vez mais o mote da relação humana. E o *mal*, se torna uma questão íntima e pessoal, excessivamente singular, quase incomunicável,

Talvez esta seja uma das maiores dificuldades para se estudar a temática do genocídio. A palavra nos remete o que há de mais cruel das ações humanas. Mas como pensar que esta arma pode estar em ação através de nossas mãos?



O processo de nossa constituição como nação, ainda em construção, traz consigo uma marca confessa de nosso desejo de sermos outra nação, onde o negro não tivesse lugar como sujeito. A miscigenação, defendida por muitos, acaba por não se concretizar de forma clara na direção da incorporação do negro como sujeito, dado que a inclusão pode facilmente se dar de forma desigual. Gilberto Freyre, por exemplo, talvez o maior pensador desta forma de olhar o Brasil, não escondia seu saudosismo da divisão da Casa Grande e da Senzala.

Os ideais europeus/americanos estão mesclados em nosso dia a dia, na nossa língua, nos nossos padrões culturais, modelos educacionais, formas de compreensão do sujeito, produção acadêmica, etc, são profundamente marcados pela tentativa de sermos outro. Este desejo se manifesta desde o espaço físico, quando nos lembramos das reformas urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX, reformas estas que buscaram simular o espaço físico da capital francesa. Nossos ideais passam também, portanto por um ideal estético, manifesto abertamente no início do século XX através das propostas eugênicas, até hoje nos levados padrões de consumo de tecnologia e de produtos de beleza para apagamento de características raciais.

De fato há uma preocupação de nos espaços de ensino e pesquisa entender o que acontece com pessoas negras? Por que apesar dos dados estatísticos que apontam para diversas fragilizações e fragmentações da pessoa negra, é tão difícil o tema ser parte dos processos formativos de profissionais de psicologia e da assistência? Até onde vai nossa obstrução de olhar sobre a pessoa negra? Até onde tem ido as nossas ações clínico-terapêuticas, tantas vezes atuando na atenuação para suportar a meia-vida em que temos vivido no medo constante de encontro com o outro, que passamos a odiar?

Os sacerdotes do segredo têm sido chamados para cuidar das angustias de um eu incômodo para o indivíduo em uma sociedade de produção de individualidades, fragmentações e guerras. Até que ponto não podemos dizer que em grande parte a produção de um indivíduo, internalizado e fragmentado, hoje base da lógica que alimenta o medo do outro, não foi uma construção com a qual também colaboraram e ainda colaboram diversas categorias de profissionais psi?



Falar sobre o que se produz em nosso tempo e enfrentar a banalização do mal de nossos dias são tarefas incômodas, pois tocam em algo que muda a nossa forma de olhar para nós mesmos. De fato, não é agradável pensar na possibilidade de algo tão indesejado, como a produção da morte, ser parte de nossos atos, ainda mais se esta é racionalmente indesejada.

Não falar, porém, atua na produção coletiva do silêncio sobre atos graves cometidos contra muitos, que compõem a maioria da população. E estamos falando de uma categoria em construção e reconstrução constante na sociedade brasileira: o consentimento da eliminação do outro em um projeto genocida.

No entanto este *outro* é mostrado de forma virtualizada, com a marca do estranho, do exótico, do descartável e do incompreensível. Por vezes visto como um animal, ou um demônio, é mais simples pensarmos que ele deve ser exorcizado pelo fogo das armas. Mas esta construção dos outro nos coloca na difícil perspectiva, onipotente e narcísica, de olhar para um outro que não possuiu o meu rosto: mas possui.

A tecnologia tem sido um facilitador desta virtualização. Um de seus efeitos é a construção do lugar do outro como um não humano. O diferente é visto como um *estranho*, como um “*não eu*” e, portanto algo ameaçador. A descaracterização da humanidade do outro passa não só pela cor da pele, mas pelo julgamento de hábitos, práticas cotidianas, modos de sentir e comunicar. Se o transformo em algo mais próximo do animal é possível aplicar soluções de extermínio, pois não se trata de outro como *eu*. Hoje tal estratégia é perfeitamente comum em jogos eletrônicos, neste o inimigo “matável”, é quase sempre mortos-vivos ou monstros. Jogos que ousaram romper com este pacto tendem a serem polêmicos ou até mesmo proibidos.

A *banalização do mal*, termo cunhado por Hanna Arendt para falar da lógica de funcionamento da máquina de extermínio nazista que incluiu a participação do “homem comum” na produção de mortes, fala de uma construção sutil e cotidiana. Este *mal* tem insistido ao longo da história, e, apesar de nossos desejos *manifestos*, insiste em nossos desejos velados. Apesar da assustadora tendência atual de aberto desejo de eliminação de alguns.



No dia 18 de fevereiro deste ano, no início da ocupação militar na segurança pública, no Rio de Janeiro, o jornal Folha de S. Paulo, publicou a foto de crianças (todas negras) sendo revistas por policiais. Foi criticada por muitos, e aplaudida por outros muitos. Um candidato a presidência faz discursos aplaudidos onde defende a ação policial sem investigação dos motivos do crime, ou mesmo que as minorias devam “se adequar ou desaparecer”. A velha noção de divisão de classes retorna. A noite se torna mais sombria. A luz parece falhar em alguns lugares da cidade, e a razão também. Os trens continuam a levar os trabalhadores negros para seus bairros segregados. Há medo e ódio na fumaça dos fuzis que cortam a escuridão da noite.

De que lado estarão os pensadores, intelectuais e profissionais psi? Poderemos ver no futuro a sua defesa ética do direito de existir das diferenças humanas? Ou teremos, como nos campos nazistas, o silêncio?

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *The Hour of Our Death - The classic history of western attitudes toward death over the last one thousand years*. Vintage Books (e-book). New York. V. 3.1, 2008.

_____. *História da Morte no Ocidente*, Rio de Janeiro, 2003.

VERGNE, C. *A trama da besta: a construção cotidiana do genocídio do negro no Rio de Janeiro*. (Tese) Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. PUC- RIO. Rio de Janeiro RJ, 2014.

BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editor, 1999.

CLASTRES, P. *A Sociedade contra o Estado*. Afrontamento, Porto, 1979.

FERREIRA, R. S.; ARAGÃO, C. O. M. de; ARRUDA, A. Boladão, Pesadão, isso é Rio de Janeiro: notas sobre funks de torcida e de facção. *Aletheia* n. 32, maio/agosto, 2010, n.32, pp. 38-52.

FREUD, S. *Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos* (1914-1916) in *Obras Completas Volume 12*. Companhia das Letras. 2010.

KÜBLER – ROSS, 1996 KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*. 7ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Lacan, J. *Outros Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editor, 2003.

LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos Ensaio de Antropologia Simétrica*. Editora 34. 1ª edição. Rio de Janeiro, 1994.



Santner, Eric L. *A Alemanha de Schreber: uma história secreta da modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

SEVERIANO, M. de F. V.; REGO, M. O. do e MONTEFUSCO, É. V. R. O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. 2010, vol.10, n.1, pp. 137- 165. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org /scielo.php?pid=S1518-61482010000100007&script=sci_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482010000100007&script=sci_arttext). Acesso em 20 fev. 2014.

SOUZA, R. M. de; O. R. J. de. CORPOS EM CENA NAS METRÓPOLES GLOBAIS: Meninas Negras, Processos de Subjetivação e Cinema. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 7, n. 15, p. 175-191, fev. 2015. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/120>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

VENTURA, Z. *Cidade Partida*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Recebido em outubro de 2017
Aprovado em janeiro de 2018

39